

EDITAL DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 029/2026

MUNICÍPIO DE CALDAS NOVAS-GO

AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA
REFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

PROCESSO Nº	2026012663
INTERESSADO:	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PERÍODO DE PROPOSTAS DATA E HORARIO DA SESSÃO:	Início de acolhimento de propostas dia 27/05/2026 às 09h00min Propostas recebidas até dia 01/06/2026 às 8h29min. Abertura das propostas eletrônicas dia 01/06/2026 às 08h30 min. Início sessão de disputa de lances dia 01/06/2026 às 09h00min até às 15h00min. Tempo normal de disputa de lances a critério do(a) Agente de Contratação.
OBJETO:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VPS (VIRTUAL PRIVATE SERVER,) ENVIO DE E-MAIL SMTP, CONSULTA A CPF (CADASTRO DE PESSOA FÍSICA), ENVIO DE MENSAGENS VIA WHATSAPP E CERTIFICADO SSL PARA A COORDENAÇÃO TÉCNICO ADMINISTRATIVA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-GOÍÁS
CRITÉRIO DE JULGAMENTO:	MENOR PREÇO POR ITEM
LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA:	Endereço eletrônico: https://www.slicx.com.br "ACESSO IDENTIFICADO". Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília - DF.
AGENTE DE CONTRATAÇÃO:	BRUNO AFONSO DE FREITAS - AGENTE DE CONTRATAÇÃO
AMPARO LEGAL:	Regido pela Lei Federal 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 42/2024 e eventuais alterações.
O AVISO DE DISPENSA poderá ser obtido gratuitamente no site da Prefeitura, no endereço https://acessoainformacao.caldasnovas.go.gov.br/cidadao/informacao/sgdispensas ou a partir da data de sua publicação, através do Endereço eletrônico: https://www.slicx.com.br . Informações adicionais podem ser obtidas junto o Departamento de Licitação da Prefeitura Municipal, Fone: (64) 992418331. E-mail: comissaolicitacao@caldasnovas.go.gov.br .	

Sumário

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA.....	3
2. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA	4
3. INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL.....	5
4. FASE DE LANCES	7
5. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO	7
6. HABILITAÇÃO	9
7. CONTRATAÇÃO	10
8. SANÇÕES	11
9. DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO	15
10. TERMO DE REFERÊNCIA.....	17

EDITAL DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 029/2026
(Processo Administrativo nº 2025053106)

O Município de Caldas Novas Goiás torna público que realizará Dispensa Eletrônica com critério de julgamento menor preço por item, na hipótese do art. 75, inciso II, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Municipal nº 42 /2024, e demais legislação aplicável.

Data da sessão: 01/06/2026 às 09h00.

Link: <https://www.slicx.com.br>.

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

1.1. O objeto da presente dispensa é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VPS (VIRTUAL PRIVATE SERVER,) ENVIO DE E-MAIL SMTP, CONSULTA A CPF (CADASTRO DE PESSOA FÍSICA), ENVIO DE MENSAGENS VIA WHATSAPP E CERTIFICADO SSL PARA A COORDENAÇÃO TÉCNICO ADMINISTRATIVA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO- GOIÁS**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos.

1.2. A aquisição ocorrerá por item, conforme tabela constante abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	U. MEDIDA
01	Hospedagem VPS Sistema Operacional Windows Server 2019 ou superior com licenciamento Microsoft incluso e IP dedicado; CPU: 8 núcleos; Memória RAM: 16GB; Armazenamento: 200GB SSD NVME; Conexão: acesso remoto via RDP com acesso administrativo que permita total autonomia para instalação e configuração do ambiente em que as aplicações irão funcionar (Linguagem Java e banco de dados MariaDB); Painel de gerenciamento que permita a configuração do serviço de backup diário; Suporte técnico especializado e atendimento via e-mail, chat ou WhatsApp.	12	MÊS
02	Envio de e-mail SMTP Disponibilidade da API: regime 24x7; Até 10 mil envios/mês; Envio de e-mail SMTP via API com integração com a linguagem Java; Documentação técnica incluindo exemplos de integração na linguagem Java incluindo exemplos de requisições, parâmetros aceitos e códigos de erro; Painel com relatórios de quantidade de e-mails enviados, entregues e devolvidos; Histórico de consumo para acompanhar o número de envios de e-mails e quanto utilizou do plano contratado.	12	MÊS
03	Envio de mensagem WhatsApp Disponibilidade da API em regime 24x7; Até 10 mil envios/mês de mensagem de texto e 1 número de WhatsApp; Envio de mensagens de texto WhatsApp via API com integração com a linguagem Java; Documentação técnica incluindo exemplos de integração na linguagem Java incluindo exemplos de requisições, parâmetros aceitos e códigos de erro; Suporte técnico especializado e atendimento via e-mail, chat ou WhatsApp; Histórico de consumo por número de WhatsApp com o total de mensagens enviadas e recebidas, métricas de uso e quanto utilizou do plano contratado.	12	MÊS
04	Consulta de CPF Disponibilidade da API em regime 24x7; Até 10.000 consultas/mês; Resposta da API em JSON, permitindo a integração com sistemas existentes; Documentação técnica incluindo exemplos de integração na linguagem Java e Java Script incluindo exemplos de requisições, parâmetros aceitos e códigos de erro; Dados mínimos retornados: Nome completo, data de nascimento, nome completo da mãe, endereço e telefone; Tempo médio de resposta abaixo de 1 segundo; Comunicação entre cliente e servidor criptografada utilizando TLS	12	MÊS

	1.2 ou superior garantindo a proteção contra interceptação de dados; Autenticação via token seguro (OAuth 2.0 ou equivalente) evitando acessos não autorizados; Tipo de chamada assíncrona; Limitação de requisições por IP e por usuários para evitar sobrecarga e acessos não autorizados; Suporte técnico especializado e atendimento via e-mail, chat ou WhatsApp; Histórico de consumo permitindo acompanhar a quantidade de consultas realizadas, tempo médio de resposta, taxa de erros e quanto utilizou do plano contratado.		
05	Certificado digital SSL Certificado SSL/DV; Compatibilidade de instalação e configuração no ambiente operacional da VPS (Windows Server 2019 ou superior); Ícone de cadeado seguro no navegador; Validação de domínios e subdomínios (Certificado SSL Wildcard); Transmissão de dados criptografados com algoritmo de assinatura RSA; Compatibilidade com principais navegadores e dispositivos móveis.	12	MÊS

1.3. O prazo máximo para a entrega deverá ser de até 10 (dez) dias úteis, contados a partir do envio da Ordem de Fornecimento ou Autorização de Entrega, emitida pelo Departamento de Compras da Secretaria Municipal de Educação.

1.4. A prestação de serviço deverá atender aos seguintes requisitos técnicos e operacionais mínimos, com o objetivo de garantir a qualidade, durabilidade e compatibilidade dos equipamentos com o parque tecnológico da Secretaria Municipal de Educação de Caldas Novas:

- **Compatibilidade e Integração:** Os equipamentos e periféricos devem ser compatíveis com os sistemas operacionais e softwares atualmente utilizados nas unidades escolares e setores administrativos.
- **Qualidade e Confiabilidade:** Todos os itens devem ter disponibilidade de uma equipe de suporte técnico especializada, com capacidade para configuração, manutenção preventiva e corretiva, e solução de problemas (preferencialmente suporte 24h).
- **Assistência Técnica:** É obrigatória a disponibilização de assistência técnica autorizada, com suporte para eventuais reparos ou substituições durante o período de garantia.

• **Garantia:**

A prestação de serviço deverá ter assistência técnica durante 24h, conforme as condições de fábrica e ter disponibilidade de uma equipe de suporte técnico especializada, com capacidade para configuração, manutenção preventiva e corretiva, e solução de problemas (preferencialmente suporte 24h).

• **Sustentabilidade:**

A prestação de serviço, deverá observar critérios de sustentabilidade, incluindo, sempre que aplicável.

• **Condições de Fornecimento:**

O contrato estabelecerá, no mínimo:

- ✓ Prazo máximo para entrega após emissão da ordem de fornecimento;
- ✓ Garantia de assistência técnica durante 24h;
- ✓ Obrigação de substituição de itens com defeito ou que não atendam às especificações.

1.5. O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, contados a partir da publicação no Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP), na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021, podendo ser prorrogado.

1.6.1. Critério de julgamento adotado será o menor preço por item, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

1.7. Em caso de dúvidas, favor entrar em contato com Departamento de Licitação da Prefeitura Municipal, através do e-mail comissaolicitacao@caldasnovas.go.gov.br. Telefone (64) 992418331.

2. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA

2.1. A participação na presente dispensa eletrônica se dará mediante Sistema de Dispensa Eletrônica integrante do Sistema slicx, disponível no endereço eletrônico <https://www.slicx.com.br>.

2.1.1. Os fornecedores deverão atender aos procedimentos previstos no Manual do Sistema de Dispensa Eletrônica, disponível no Portal de Compras do Governo Federal, para acesso ao sistema e operacionalização.

2.1.2. O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

2.2. Não poderão participar desta dispensa os fornecedores:

2.2.1. Que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);

2.2.2. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.2.3. Que se enquadrem nas seguintes vedações:

a) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

b) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

c) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

d) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

e) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

f) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista

2.2.3.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

2.2.3.2. Aplica-se o disposto na alínea “c” também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;

2.2.4. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário); e

2.2.5. Sociedades cooperativas.

3. INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL

3.1. O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica se dará com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.

3.2. O fornecedor interessado, após a divulgação do aviso de contratação direta, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.

3.2.1. A proposta também deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

3.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço, vinculam a Contratada.

3.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços;

3.4.1. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

3.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

3.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

3.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

3.8. Uma vez enviada a proposta no sistema, os fornecedores NÃO poderão retirá-la, substituí-la ou modificá-la;

3.9. No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, também, assinalar “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, às seguintes declarações:

3.9.1. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

3.9.2. Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus artigos. 42 a 49.

3.9.3. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

3.9.4. Que assume a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras;

3.9.5. Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/91.

3.9.6. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.10. Fica facultado ao fornecedor, ao cadastrar sua proposta inicial, a parametrização de valor final mínimo, com o registro do seu lance final aceitável (menor preço ou maior desconto, conforme o caso).

3.10.1. Feita essa opção os lances serão enviados automaticamente pelo sistema, respeitados os limites cadastrados pelo fornecedor e o intervalo mínimo entre lances previsto neste aviso.

3.10.1.1. Sem prejuízo do disposto acima, os lances poderão ser enviados manualmente, na forma da seção respectiva deste Aviso de Contratação Direta;

3.10.2. O valor final mínimo poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, desde que não assuma valor superior a lance já registrado por ele no sistema.

3.10.3. O valor mínimo parametrizado possui caráter sigiloso aos demais participantes do certame e para o órgão ou entidade contratante. Apenas os lances efetivamente enviados poderão ser conhecidos dos fornecedores na forma da seção seguinte deste Aviso.

4. FASE DE LANCES

4.1. A partir das 09h da data estabelecida neste Aviso de Contratação Direta, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste aviso.

4.1.1. Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

4.1.2. O lance deverá ser ofertado pelo valor por item.

4.1.3. O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior ou maior percentual de desconto em relação ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

4.1.4. O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como "lances intermediários" para os fins deste Aviso de Contratação Direta.

4.1.5. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é de R\$ 0,01 (um centavo).

4.2. Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.

4.3. Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

4.4. Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do fornecedor.

4.5. Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.

4.5.1. O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

5. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO

5.1. Encerrada a fase de lances, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.

5.2. No caso de o preço da proposta vencedora estar acima do estimado pela Administração, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas.

5.2.1. Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta com preço compatível ao estimado pela Administração.

5.2.2. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.

5.2.3. Em qualquer caso, concluída a negociação, o resultado será registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica.

5.3. Estando o preço compatível, será solicitado o envio da proposta e, se necessário, de documentos complementares, adequada ao último lance.

5.4. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.5. Será desclassificada a proposta vencedora que:

5.5.1. Contiver vícios insanáveis;

5.5.2. Não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;

5.5.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

5.5.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

5.5.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.

5.6. Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:

5.6.1. For insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

5.6.2. Apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.

5.7. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

5.8. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

5.8.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

5.8.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

5.9. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

5.10. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

5.11. Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

5.12. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

6. HABILITAÇÃO

6.1. Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação constam do ANEXO I – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO deste aviso e serão solicitados do fornecedor mais bem classificado da fase de lances.

6.2. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do fornecedor detentor da proposta classificada em primeiro lugar, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis); c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

d) Lista de Inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU;

6.2.1. Para a consulta de fornecedores pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b”, “c” e “d” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>)

6.2.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

6.2.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

6.2.2.1.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

6.2.2.1.2. O fornecedor será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação

6.2.2.1.3. Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.3. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos fornecedores será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

6.3.1. É dever do fornecedor atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, a respectiva documentação atualizada.

6.3.2. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do fornecedor, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a (s) certidão (ões) válida (s).

6.4. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Aviso de Contratação Direta e já apresentados, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, após solicitação da Administração, sob pena de inabilitação.

6.5. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

6.6. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

6.7. O fornecedor provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

6.7.1. Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o (s) item (ns) de menor (es) valor (es) cuja retirada (s) seja (m) suficiente (s) para a habilitação do fornecedor nos remanescentes.

6.8. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.

6.9. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.

6.9.1. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação

6.10. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado

7. CONTRATAÇÃO

7.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

7.2. O adjudicatário terá o prazo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.

7.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 10 (dez) dias, a contar da data de seu recebimento.

7.2.2. O prazo previsto para assinatura do contrato ou aceitação da nota de empenho ou instrumento equivalente, nesse caso, NÃO poderá ser prorrogado, tendo em vista o objeto.

7.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

7.3.1. Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se a relação de negócios daí estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021,

7.3.2. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

7.3.3. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/21 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

7.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado nos termos legais e/ou conforme previsão nos anexos a este Aviso de Contratação Direta.

7.5. Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

8. SANÇÕES

8.1. Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

8.1.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;

8.1.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

8.1.3. Dar causa à inexecução total do contrato;

8.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

8.1.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

8.1.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

8.1.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

8.1.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;

8.1.9. Fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

8.1.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

8.1.10.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.

8.1.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.

8.1.12. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) Advertência pela falta do subitem 8.1.1 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

b) Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor estimado do (s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 8.1.1 a 8.1.12;

c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 8.1.2 a 8.1.7 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 8.1.8 a 8.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

8.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

8.3.2. As peculiaridades do caso concreto;

8.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

8.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.5. A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

8.6. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

8.7. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

8.8. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

8.9. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

8.10. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

8.11. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos a este Aviso.

9. DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1.0 procedimento será divulgado no <https://www.caldasnovas.go.gov.br/>, **Endereço eletrônico:** <https://www.slicx.com.br>, **Diário Oficial do Município** e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, e encaminhado automaticamente aos fornecedores registrados no Sistema de Registro Cadastral Unificado - Sicaf, por mensagem eletrônica, na correspondente linha de fornecimento que pretende atender.

9.2. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

9.2.1. Republicar o presente aviso com uma nova data;

9.2.2. Valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas. No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.

9.2.3. Fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

9.3. As providências dos subitens 9.2.1 e 9.2.2 acima poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto)

9.4. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.

9.5. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

9.6. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

9.7. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.

9.8. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.9. As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

9.10. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

9.11. Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.

9.12. Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.

9.13. Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

9.13.1. ANEXO I – Documentação exigida para Habilitação.

Caldas Novas, aos vinte e cinco dias do mês de maio de 2026.

LETÍCIA MARCIA SILVA
Agente de Contratação responsável pela elaboração do edital
Decreto nº 706/2026

ANEXO I - DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO

1 Habilitação Jurídica:

- 1.1. No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 1.2. Em se tratando de Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;
- 1.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- 1.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser a participante sucursal, filial ou agência;
- 1.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- 1.6. Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;
- 1.7. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

2 Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista:

- 2.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 2.2 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 2.3 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 2.4 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa,) nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 2.5 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 2.6 Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e/ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 2.7 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais ou municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

3 Qualificação técnica

3.1 A empresa fornecedora deverá comprovar aptidão para o fornecimento de serviços de VPS, envio de e-mail, envio de mensagens de WhatsApp, consulta a CPF e certificado SSL.

- **Atestado de Capacidade Técnica:** O fornecedor deve apresentar atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, comprovando a execução anterior e satisfatória de serviços similares (fornecimento de serviços de VPS, envio de e-mail, envio de mensagens de WhatsApp, consulta a CPF e certificado SSL)
- **Equipe Técnica Qualificada:** Disponibilidade de uma equipe de suporte técnico especializada, com capacidade para configuração, manutenção preventiva e corretiva, e solução de problemas (preferencialmente suporte 24h).
- **Conformidade Legal e Normativa:** O fornecedor deve cumprir a legislação vigente, como a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) no Brasil, garantindo a proteção e o tratamento adequado das informações.

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO:

Dispensa de licitação para prestação de serviços de VPS (Virtual Private Server,) envio de e-mail SMTP, consulta a CPF (Cadastro de Pessoa Física), envio de mensagens via WhatsApp e certificado SSL para a coordenação técnico administrativa da Secretaria Municipal de Educação- Goiás.

2. DA JUSTIFICATIVA:

A prestação de serviço de hospedagem em VPS (Virtual Private Server) é essencial para garantir a infraestrutura necessária ao departamento de planejamento da secretaria de educação, proporcionando alta disponibilidade, escalabilidade e segurança no armazenamento e processamento de dados. O VPS permitirá a hospedagem de sistemas críticos, como plataformas de gestão educacional e ferramentas de análise de dados, assegurando desempenho otimizado e isolamento de recursos, fundamental para o tratamento de informações sensíveis e o cumprimento de normas de proteção de dados, como a LGPD.

Adicionalmente, a prestação de serviço de envio de e-mails profissional, envio de mensagens via WhatsApp, serviço de consulta ao CPF (Cadastro de Pessoa Física) e a implementação de um certificado digital SSL são indispensáveis para garantir a comunicação segura e eficiente entre os agentes envolvidos no processo educacional. Os serviços de e-mails e WhatsApp assegurar a entrega de mensagens em massa, como comunicados institucionais e relatórios, com alta taxa de empregabilidade e proteção contra spam. A consulta ao CPF, permitirá a conferência dos dados informados no ato das solicitações de vagas para a Educação Infantil e Ensino Fundamental, tornando o processo de direcionamento das vagas, mas ágil e eficaz. Já o Certificado SSL garantirá a criptografia de dados transmitidos, protegendo informações confidenciais e autenticando a identidade digital dos serviços online da secretaria, reforçando a confiabilidade e a conformidade com as exigências legais.

3. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

A empresa fornecedora deverá comprovar aptidão para o fornecimento de serviços de VPS, envio de e-mail, envio de mensagens de WhatsApp, consulta a CPF e certificado SSL.

Atestado de Capacidade Técnica: O fornecedor deve apresentar atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, comprovando a execução anterior e satisfatória de serviços similares (fornecimento de serviços de VPS, envio de e-mail, envio de mensagens de WhatsApp, consulta a CPF e certificado SSL)

- **Equipe Técnica Qualificada:** Disponibilidade de uma equipe de suporte técnico especializada, com capacidade para configuração, manutenção preventiva e corretiva, e solução de problemas (preferencialmente suporte 24h).
- **Conformidade Legal e Normativa:** O fornecedor deve cumprir a legislação vigente, como a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) no Brasil, garantindo a proteção e o tratamento adequado das informações.

4. DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO OBJETO:

Para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Educação do Município de Caldas Novas/GO, os serviços prestados deverão seguir as especificações detalhadas no quadro abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	U. MEDIDA
01	Hospedagem VPS Sistema Operacional Windows Server 2019 ou superior com licenciamento Microsoft incluso e IP dedicado; CPU: 8 núcleos; Memória RAM: 16GB; Armazenamento: 200GB SSD NVME; Conexão: acesso remoto via RDP com acesso administrativo que permita total autonomia para instalação e configuração do ambiente em que as aplicações irão funcionar (Linguagem Java e banco de dados MariaDB); Painel de gerenciamento que permita a configuração do serviço de backup diário; Suporte técnico especializado e atendimento via e-mail, chat ou WhatsApp.	12	MÊS
02	Envio de e-mail SMTP Disponibilidade da API: regime 24x7; Até 10 mil envios/mês; Envio de e-mail SMTP via API com integração com a linguagem Java; Documentação técnica incluindo exemplos de integração na linguagem Java incluindo exemplos de requisições, parâmetros aceitos e códigos de erro; Painel com relatórios de quantidade de e-mails enviados, entregues e devolvidos; Histórico de consumo para acompanhar o número de envios de e-mails e quanto utilizou do plano contratado.	12	MÊS
03	Envio de mensagem WhatsApp Disponibilidade da API em regime 24x7; Até 10 mil envios/mês de mensagem de texto e 1 número de WhatsApp; Envio de mensagens de texto WhatsApp via API com integração com a linguagem Java; Documentação técnica incluindo exemplos de integração na linguagem Java incluindo exemplos de requisições, parâmetros aceitos e códigos de erro; Suporte técnico especializado e atendimento via e-mail, chat ou WhatsApp; Histórico de consumo por número de WhatsApp com o total de mensagens enviadas e recebidas, métricas de uso e quanto utilizou do plano contratado.	12	MÊS
04	Consulta de CPF Disponibilidade da API em regime 24x7; Até 10.000 consultas/mês; Resposta da API em JSON, permitindo a integração com sistemas existentes; Documentação técnica incluindo exemplos de integração na linguagem Java e Java Script incluindo exemplos de requisições, parâmetros aceitos e códigos de erro; Dados mínimos retornados: Nome completo, data de nascimento, nome completo da mãe, endereço e telefone; Tempo médio de resposta abaixo de 1 segundo; Comunicação entre cliente e servidor criptografada utilizando TLS 1.2 ou superior garantindo a proteção contra interceptação de dados; Autenticação via token seguro (OAuth 2.0 ou equivalente) evitando acessos não autorizados; Tipo de chamada assíncrona; Limitação de requisições por IP e por usuários para evitar sobrecarga e acessos não autorizados; Suporte técnico especializado e atendimento via e-mail, chat ou WhatsApp; Histórico de consumo permitindo acompanhar a quantidade de consultas realizadas, tempo médio de resposta, taxa de erros e quanto utilizou do plano contratado.	12	MÊS
05	Certificado digital SSL Certificado SSL/DV; Compatibilidade de instalação e configuração no ambiente operacional da VPS (Windows Server 2019).	12	MÊS

	superior); Ícone de cadeado seguro no navegador; Validação de domínios e subdomínios (Certificado SSL Wildcard); Transmissão de dados criptografados com algoritmo de assinatura RSA; Compatibilidade com principais navegadores e dispositivos móveis.		
--	---	--	--

5. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação tem como objetivo a prestação de serviço, de VPS (Virtual Private Server,) envio de e-mail SMTP, consulta a CPF (Cadastro de Pessoa Física), envio de mensagens via WhatsApp e certificado SSL.

A contratação está fundamentada no princípio da continuidade do serviço público, bem como na busca pela economicidade, eficiência e melhor aproveitamento dos recursos públicos, conforme a Lei nº 14.133/2021, além de demais normativos aplicáveis à Administração Pública.

Justificativa Técnica:

VPS (Virtual Private Server): A contratação de VPS é necessária para disponibilização de ambiente computacional dedicado, seguro e escalável para hospedagem de sistemas, APIs, bancos de dados e aplicações institucionais. A utilização de VPS proporciona:

- Recursos computacionais dedicados;
- Maior estabilidade e desempenho;
- Isolamento lógico do ambiente;
- Controle administrativo do servidor;
- Escalabilidade conforme crescimento da demanda;
- Implantação de rotinas de backup e monitoramento;
- Melhor disponibilidade dos serviços.

A solução elimina limitações comuns em hospedagens compartilhadas e permite a implementação de aplicações críticas com maior confiabilidade operacional. Além disso, a infraestrutura virtual reduz custos relacionados à aquisição e manutenção de servidores físicos, energia, climatização e suporte especializado em datacenter.

Serviço de Envio de E-mails via SMTP: A contratação de serviço SMTP é necessária para garantir o envio automatizado, confiável e seguro de comunicações eletrônicas realizadas pelos sistemas institucionais. O serviço será utilizado para:

- Envio de notificações automáticas;
- Recuperação de senha;
- Confirmações de cadastro;
- Alertas operacionais;
- Comunicação institucional com usuários.

A solução também possibilita integração simplificada com sistemas web e aplicações corporativas.

Serviço de Consulta a CPF: A contratação de serviço de consulta a CPF faz-se necessária para validação cadastral, conferência de informações e aumento da confiabilidade dos dados utilizados pelos sistemas institucionais. O serviço permitirá:

- Validação da existência e regularidade cadastral do CPF;
- Redução de inconsistências em cadastros;
- Prevenção contra fraudes e duplicidades;
- Automatização de processos de conferência;
- Maior confiabilidade das informações utilizadas pelos sistemas.

A integração automatizada via API proporciona maior agilidade operacional, reduzindo procedimentos manuais e aumentando a eficiência dos processos administrativos e de atendimento.

Serviço de Envio de Mensagens via WhatsApp: A contratação de plataforma de envio de mensagens via WhatsApp é necessária para modernização da comunicação institucional, permitindo comunicação rápida, automatizada e com ampla taxa de alcance junto aos usuários. O serviço possibilitará:

- Envio automatizado de notificações;
- Comunicação instantânea com usuários;
- Alertas operacionais e informativos;
- Confirmações de atendimento e serviços;
- Integração com sistemas internos e APIs.

O uso do WhatsApp como canal oficial amplia a efetividade da comunicação devido à elevada utilização da plataforma pela população, proporcionando maior rapidez no contato e melhor experiência ao usuário. A solução também permite rastreabilidade das mensagens, automação de fluxos de atendimento e redução de custos operacionais relacionados à comunicação tradicional.

Certificado Digital SSL/TLS: A contratação de Certificado Digital SSL/TLS é necessária para garantir comunicação segura entre usuários e sistemas hospedados, mediante criptografia dos dados trafegados pela internet. O certificado assegura:

- Proteção das informações transmitidas;
- Criptografia das conexões;
- Autenticação da identidade do sistema;
- Integridade dos dados;
- Redução de riscos de interceptação e ataques;
- Conformidade com boas práticas de segurança da informação.

Além disso, a utilização de HTTPS é requisito essencial para funcionamento seguro de aplicações web, APIs, integrações externas e sistemas acessados pelos usuários.

A atualização do parque tecnológico proporcionará maior agilidade no atendimento às demandas internas e externas, além de contribuir para a segurança das informações institucionais e para a redução de custos com manutenção corretiva.

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

A solução proposta consiste na prestação de serviço, com equipe de suporte técnico especializada 24h garantia mínima de 12 meses, destinados à substituição e ampliação do parque tecnológico deste órgão. Os itens foram selecionados de forma a garantir compatibilidade com a infraestrutura existente, padronização de modelos, facilidade de manutenção e suporte técnico especializado.

Durante o ciclo de vida do objeto, considera-se:

- **Aquisição:** A prestação de serviço será realizada com base em especificações técnicas que atendam às necessidades funcionais e operacionais do órgão, observando critérios de desempenho, confiabilidade e custo-benefício.
- **Entrega e Instalação:** Os serviços deverão ser entregues prontos para uso conforme orientações do setor de tecnologia da informação.
- **Utilização:** O uso dos serviços será orientado pela política interna de TI, promovendo boas práticas de conservação e eficiência energética.
- **Manutenção:** Estão previstas ações corretivas dentro de suporte técnico 24h, bem como a possibilidade de manutenção preventiva conforme necessidade. Os fornecedores devem disponibilizar assistência técnica adequada e peças de reposição compatíveis.
- **Atualização:** Ao longo do uso, os serviços deverão ter atualizações de software e eventuais expansões de hardware que prolonguem sua vida útil.

Essa abordagem assegura o uso racional dos recursos públicos, considerando não apenas a prestação de serviço, mas todo o ciclo de vida do objeto — minimizando impactos operacionais e ambientais.

7. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A prestação de serviço deverá atender aos seguintes requisitos técnicos e operacionais mínimos, com o objetivo de garantir a qualidade, durabilidade e compatibilidade dos equipamentos com o parque tecnológico da Secretaria Municipal de Educação de Caldas Novas:

Compatibilidade e Integração: Os equipamentos e periféricos devem ser compatíveis com os sistemas operacionais e softwares atualmente utilizados nas unidades escolares e setores administrativos.

Qualidade e Confiabilidade: Todos os itens devem ter disponibilidade de uma equipe de suporte técnico especializada, com capacidade para configuração, manutenção preventiva e corretiva, e solução de problemas (preferencialmente suporte 24h).

Assistência Técnica: É obrigatória a disponibilização de assistência técnica autorizada, com suporte para eventuais reparos ou substituições durante o período de garantia.

Garantia:

A prestação de serviço deverá ter assistência técnica durante 24h, conforme as condições de fábrica e ter disponibilidade de uma equipe de suporte técnico especializada, com capacidade para configuração, manutenção preventiva e corretiva, e solução de problemas (preferencialmente suporte 24h).

Sustentabilidade:

A prestação de serviço, deverá observar critérios de sustentabilidade, incluindo, sempre que aplicável.

Condições de Fornecimento:

O contrato estabelecerá, no mínimo:

- Prazo máximo para entrega após emissão da ordem de fornecimento;
- Garantia de assistência técnica durante 24h;
- Obrigação de substituição de itens com defeito ou que não atendam às especificações.

Adequação ao Uso:

Os serviços deverão atender plenamente às especificações técnicas estabelecidas no edital, sendo adequados às finalidades pedagógicas e administrativas das unidades escolares.

8. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

O prazo máximo para a entrega deverá ser de até 10 (dez) dias úteis, contados a partir do envio da Ordem de Fornecimento ou Autorização de Entrega, emitida pelo Departamento de Compras da Secretaria Municipal de Educação.

Caso haja impedimento para cumprir o prazo, a empresa deverá comunicar formalmente o motivo, com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis da data prevista para entrega. O pedido de prorrogação será avaliado pela Administração, exceto nos casos de força maior ou caso fortuito devidamente comprovados.

O não cumprimento dos prazos ou a falta de comunicação prévia sujeitará a empresa às penalidades previstas no contrato.

9. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

A gestão do contrato será realizada pela Secretaria Municipal de Educação, que designará formalmente um ou mais servidores para acompanhar, fiscalizar e registrar a execução do objeto contratado, nos termos do artigo 117 da Lei nº 14.133/2021.

A fiscalização compreenderá:

- Verificação do cumprimento das obrigações contratuais;
- Monitoramento do cronograma de entrega dos serviços;
- Registro de ocorrências e providências adotadas;
- Aplicação das penalidades cabíveis em caso de descumprimento.

Em caso de impedimento, paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de entrega dos materiais será prorrogado automaticamente pelo período correspondente, mediante registro em apostila.

10. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Condições para Liquidação

O pagamento dependerá da verificação dos seguintes elementos na nota fiscal ou documento equivalente:

- Validade e data de emissão;
- Identificação do contrato e do órgão contratante;
- Período de execução correspondente;
- Valor a ser pago e eventuais retenções tributárias aplicáveis.

O pagamento será efetuado em até **30 (trinta) dias** após a conclusão da liquidação da despesa.

11. DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR, A FORMA DE FORNECIMENTO E OS CRITÉRIOS DE PAGAMENTO

11.1. *Crítérios de Seleção do Fornecedor:* A seleção do fornecedor será realizada com base nos seguintes critérios: a) Conformidade com as especificações técnicas descritos neste Termo de Referência; b) Apresentação da proposta de menor preço por item, conforme critérios definidos no edital; c) Comprovação de capacidade técnica por meio de atestados de fornecimentos similares emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado; d) Regularidade fiscal e trabalhista comprovada por documentação exigida.

11.2. *Forma de Fornecimento:* O fornecimento deverá ocorrer de acordo com a demanda da Administração, conforme cronograma de entregas estipulado em contrato. Os produtos deverão ser entregues na sede do órgão requisitante, prontos para uso, com assistência técnica durante 24h.

11.3. *Crítérios de Pagamento:* O pagamento será efetuado em até 30 dias após a entrega dos serviços, mediante apresentação da nota fiscal e do atesto de conformidade emitido pelo responsável técnico da Administração, condicionado à regularidade fiscal do fornecedor no momento da liquidação.

12. DA ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

12.1. O valor estimado da contratação será apurado por meio de **DISPENSA ELETRÔNICA**, nos termos do art. 23 da Lei nº 14.133/2021, observando-se a compatibilidade com os valores praticados no mercado e considerando:

- **Composição de custos unitários** obtidos a partir de valores médios de mercado, levantados pelo Departamento de Planejamento e Compras;
- **Orçamentos de, no mínimo, três fornecedores distintos**, obtidos mediante solicitação formal de cotação, respeitando o princípio da competitividade e com justificativa da escolha dos fornecedores, conforme exigido pela legislação;
- **Contratações similares realizadas pela Administração Pública**, em execução ou concluídas no período de até um ano anterior à data da pesquisa de preços, observando-se o índice de atualização correspondente;

- **Dados de pesquisa publicada em mídia especializada**, tabelas de referência formalmente aprovadas pelo Poder Executivo federal, sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e hora de acesso;

13. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação serão custeadas por recursos consignados na Lei Orçamentária Anual (LOA), de acordo com a dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Educação.

13.2. A contratação será atendida pelas seguintes dotações orçamentárias:

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	17.1701.12.122.7005.8030 - 339039 (101) GESTÃO DAS ATIVIDADES DO FME
--	--

14. PRAZO E EXECUÇÃO

14.1. O Contrato terá duração de 12 meses a contar da data de publicação no PNCP, podendo ser prorrogado nos termos da Lei 14.133/2021.

14.2. A execução do contrato terá início a partir da emissão da ordem de serviço imitada pelo departamento responsável.

14.3. O contrato poderá ser rescindido a qualquer por momento por ambas as partes através de notificação prévia ou unilateralmente pela contratante levando em consideração o interesse Público, nos termos da Lei 14.133/2021.

Caldas Novas, 23 de fevereiro de 2026

Jucélio Gonçalves de Sousa
Matricula Nº 907398
Coordenador do Departamento de Licitações
Secretaria Municipal de Educação
Portaria Nº 302/2025

ANEXO II
TABELA UNIFICADA DE VALORES

Item	Produto	Descrição	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Unitário mensal	Valor Total (12 meses)
1	HOSPEDAGEM VPS	CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA	MÊS	12	R\$ 737,11	R\$ 8.845,36
2	ENVIO DE EMAIL SMTP	CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA	MÊS	12	R\$ 66,69	R\$ 800,32
3	ENVIO DE MENSAGEM WHATSAPP	CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA	MÊS	12	R\$ 72,12	R\$ 865,40
4	CONSULTA DE CPF	CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA	MÊS	12	R\$ 1.160,43	R\$ 13.925,20
5	CERTIFICADO DIGITAL SSL	CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA	MÊS	12	R\$ 221,66	R\$ 2.660,00
VALOR GLOBAL:					R\$ 27.096,28	